

# Nada muda em terrenos públicos

DF - Brasília

RENATO ARAÚJO

## GDF FARÁ PESQUISA PARA QUE A PRÓPRIA POPULAÇÃO DECIDA SOBRE DESTINO DE ÁREAS AINDA NÃO OCUPADAS

O governador Joaquim Roriz disse ontem à noite, após conversa com o presidente da Terracap, Eri Varella, que só tomará uma decisão a respeito do projeto que permite a alienação de 53 áreas públicas, depois de ouvir o que pensa a respeito a população de Brasília. Para tanto, o GDF encomendará uma pesquisa sobre o assunto para que toda a comunidade seja ouvida.

Ontem, o presidente da Câmara Legislativa, deputado Gim Argello (PMDB), disse, após reunião com representantes das prefeituras das quadras do Plano Piloto, da

Terracap e com deputados distritais, que vai sugerir ao governador a retirada do projeto de lei que autoriza o Governo do Distrito Federal (GDF) a alienar os 53 imóveis públicos de uso especial. "Vou sugerir ao governador que retire o projeto e o reapresente com modificações", garantiu.

Depois de três horas de reunião e debates acalorados com os representantes da comunidade do Plano Piloto, o presidente concluiu que o assunto ainda estava prematuro e deveria ser mais discutido por todos os segmen-

tos da sociedade.

O presidente da Terracap, Eri Varella, concordou com a iniciativa do parlamentar e disse que informaria logo em seguida ao governador sobre os pontos de vista levantados durante o encontro. "Vou levar tudo ao governador do DF, a quem caberá abrir as discussões", afirmou.

Gim aproveitou para esclarecer que, ao contrário do que foi publicado, o projeto ainda não fazia nem fez parte da pauta de votações da Assembleia Legislativa. "Só fiquei sabendo da entrada do projeto na noite de sexta-feira", afirmou.

Durante o debate, o presidente da Terracap afirmou que o projeto não está irregular porque não propõe alteração de uso das áreas. Segundo argumentou, os imó-

veis dos quais trata a proposta já estão disponibilizados há mais de 40 anos e, até a presente data, não foram utilizados. "A ocupação dessas áreas

é uma imposição legal", afirmou.

A maioria dos prefeitos presentes e até mesmo as presidentes dos Conselhos Comunitários das Asas Sul e Norte, Emília Fernandes Ferreira e Eliete Ferreira Bastos, respectivamente, questionaram uma possível aprovação da proposta pela Câmara. "Fiquei preocupada", disse Eliete. Para ela, a alienação dessas áreas tem que ser discutida com a comunidade antes de ser transformada em projeto.

## Representantes das prefeituras querem ampla discussão sobre o futuro dos terrenos até que uma lei seja aprovada



VARELLA (C) lembrou das alterações que foram feitas no governo anterior, para destinação de lotes no Eixo Monumental

## Destinação não vai ser alterada

O presidente da Terracap, Eri Varella, garantiu ontem que o projeto enviado pelo Executivo à Câmara Legislativa não está propondo mudança de critérios na utilização de área pública. "Quem alterou destinação contra a lei do tombamento não foi Joaquim Roriz", afirmou. "Quem fez isso foi o mesmo partido que saiu no jornal criticando a medida", garantiu Varella.

Ele aproveitou seu aparte para lembrar das alterações que foram feitas no governo

anterior para destinação de lotes no Eixo Monumental, para a construção de uma lanchonete de uma rede americana. "Isso sim foi um absurdo", garantiu.

Fora as "estocadas" durante o debate, a promessa de abertura de uma ampla discussão envolvendo todos os segmentos da sociedade agradou aos líderes comunitários presentes à reunião.

A presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Emília Fernandes Ferreira, saiu da Assembleia com a

convicção de que o projeto vai ser amplamente discutido e, posteriormente, retirado da Câmara. "Tenho certeza de que a proposta será retirada."

Já Eliete Ferreira Bastos, do Conselho da Asa norte, disse que a reunião foi muito proveitosa e tem certeza de que o clamor da população será atendido. "Tenho fé na força da comunidade", garantiu.

Mas teve também quem discordasse da opinião dos prefeitos. O líder do governo

na Câmara, deputado Edmar Pirineus (PMDB), lembrou que Brasília foi projetada para ter uma população de 500 mil de habitantes. "Hoje temos mais de 2 milhões", lembrou.

O parlamentar concorda que o projeto deve ser discutido com a comunidade. Mas lembrou que as áreas em discussão não são propriedades daqueles que moram perto delas. "Elas são de todos os habitantes do DF", avisou. "O governo estará aqui para discutir o tema".